

TURISMO, MASSIFICAÇÃO E ALIENAÇÃO: A COMPREENSÃO DE UM PROCESSO SUCESSIONAL

Jaime Nogueira MENDES JÚNIOR¹

Marcos César FERREIRA²

Resumo

O turismo tem se constituído num dos segmentos mais expressivos da economia mundial, sendo, freqüentemente, apontado como solução para o desenvolvimento regional de localidades com potencial de produção turística. Por outro lado, os impactos negativos da atividade turística sobre os aspectos social e ambiental têm pesado demasiadamente quando confrontados com os resultados meramente financeiros. A análise do processo histórico deixa entrever o turismo como um processo dinâmico cíclico que busca a descoberta de novos lugares onde, acredita-se, seria possível a reabilitação dos indivíduos para o retorno ao cotidiano do trabalho. Como resultado de o turismo estar alinhado ao modo de produção hegemônico e se manifestar como resultado do prolongamento do trabalho alienado, as sucessivas transformações do local turístico têm levado ao surgimento de novos lugares que incorporam elementos modernos ao velho patrimônio turístico, bem como de uma demanda permanente por locais ainda inexplorados pelo turismo.

Palavras-chave: Turismo. Sucessão turística. História.

Abstract

Tourism, mass marketing and alienation: the comprehension of a succession process

Tourism has taken an important role in modern world economy; thus, it has been frequently pointed out as a solution for development improvement in potential tourism production places. On the other hand, tourism negative impacts on social and environmental aspects have been weighed too much when compared to the simply financial results. Historical process analysis allows tourism to be shown as a cyclic dynamic process in search for discovering new places which are thought to have the property of providing rehabilitation for individuals in their return to the labor routine. Tourism is aligned to the hegemonic production way and seen as the result of alienated work extension. This has led tourist places to successive transformations causing the emergence of new places which embody modern elements to the old tourism patrimony, as well as a ceaseless demand for places yet unexploited by tourism industry.

Key words: Tourism. Tourist succession. History.

¹ Ecólogo – Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Endereço: Sítio Pirapitingui, s/n – CP 297 – CEP 13825-000 – Holambra – SP – e-mail: jaimes@ yahoo.com.br

² Professor livre docente do departamento de Geografia – Instituto de Geociências - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Endereço: r. João Pandiá Calógeras, 51 – CP 6152 – CEP 13083-970 – Campinas – SP – e-mail: macferre@ige.unicamp.br

INTRODUÇÃO

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT) o turismo é “um direito do homem moderno” (MOESCH, 2004, p. 9). Porém, em um mundo fortemente marcado pela desigualdade econômica, esse *direito* se reserva, principalmente, a uma pequena fração da população mundial (KRIPPENDORF, 2004). As perspectivas de mudança desse quadro, tomando por base a emergência econômica de países populosos como China, Índia e Brasil, devem ser consideradas para efeitos de projeções acerca do exercício do *direito ao turismo* num futuro próximo. Mas antes que essas populações sejam incorporadas pelo mercado turístico, faz-se necessário pensar os possíveis efeitos da atividade turística sobre os aspectos social e ambiental.

O presente trabalho, parte de tese de doutoramento, empreende a análise crítica e conceitual tomando o processo histórico como fio condutor para construir uma compreensão capaz de revelar não somente a natureza dos impactos do turismo como resultado do lazer enquanto prolongamento do trabalho alienado, mas, também, revelar a dinâmica circular que reveste o turismo e impulsiona o seu processo sucessional.

UM OSSO DURO PARA O PENSAMENTO CIENTÍFICO

Dentre a fração que pode exercer o seu direito ao turismo, uma parte significativa certamente o faz. E tem sido feito em ritmo crescente, levando inúmeros destinos turísticos a alcançarem, ou mesmo ultrapassarem, o *ponto de saturação*.

Esse problema, bastante comum nos dias atuais, produz inúmeras consequências de caráter social e ambiental, as quais são relegadas a um plano inferior frente às receitas financeiras provenientes do turismo massificado e desordenado. Um bom exemplo deste fenômeno, que ilustra uma situação desordenada do turismo atual, foi o colapso provocado pela entrada de 250 mil turistas no município de Búzios (RJ) durante o carnaval de 2007, de acordo com a matéria publicada no jornal carioca A Tribuna (2007).

Com o número excessivo de visitantes, os serviços na cidade entraram em pane. Falta de água, degradação ambiental, muito lixo nas praias e congestionamentos de trânsito foram os principais problemas enfrentados por aqueles que escolheram Búzios para passar o Carnaval. O prefeito minimizou os efeitos, considerando que “não houve grande degradação ao meio ambiente”. Mas admitiu que, com a grande quantidade de turistas, a qualidade de vida em Búzios ficou comprometida durante os dias de festa.

A cidade de Búzios, com uma população em torno de 30 mil habitantes, não possui sistema de tratamento de esgoto. Com a sobrecarga no sistema de saneamento exercida pela presença de um número de turistas oito vezes maior que a população local, agravado pelo colapso no abastecimento de água do município e, ainda, sob o calor implacável desse período do ano, a discussão sobre *conforto* perde o sentido e cede lugar a questionamentos sobre *segurança* e *responsabilidade*, uma vez que serviços de alimentação, transporte, comunicação, policiamento e hospitais ficam seriamente limitados.

De acordo com Lage e Milone (2000), a proporção recomendada entre o número de turistas e a população local é de um turista para cada 50 residentes nos grandes centros. Para cidades pequenas, os autores recomendam, no máximo, três turistas para cada 50 residentes. Se levarmos a cabo as proporções recomendadas, concluiremos que o número máximo de turistas para a cidade de Búzios não poderia exceder a 1800 pessoas. Um

contraste marcante se comparado com os números verificados por ocasião do carnaval. O número de turistas contabilizados em Búzios foi 138 vezes maior do que número de turistas considerado adequado.

Naturalmente que Búzios não é um caso isolado, e situações semelhantes provocadas por um afluxo crescente de turistas são, repetidamente, vivenciadas todos os anos na maioria dos municípios do litoral brasileiro. Esse fenômeno, propriedade dos tempos modernos, oferece um grande desafio aos planejadores do turismo que não podem deixar de considerar o direito de ir e vir garantido pela Constituição Federal aos cidadãos brasileiros.

O turismo, tal como o conhecemos atualmente, é um fenômeno relativamente recente (GOMES, 1998; RUSCHMANN, 2000). Embora alguns autores (e.g. BARBOSA, 2002) insistam em situar suas origens na pré-História da humanidade, há uma diferença substancial entre os deslocamentos característicos de culturas nômades arcaicas, o *peregrinatio* na Roma Antiga, o *Grand Tour* na Inglaterra, as viagens de naturalistas a partir do século XVI e aquilo que, hoje em dia, denomina-se turismo.

Pensar o turismo é algo que necessita mais do que oferece o pensamento simplificador. Pelo menos é isso que Beni (2000) deixa entrever quando se reporta às dificuldades encontradas ao se tentar abordar a questão do impacto do turismo sobre o ambiente por meio dos instrumentos convencionais da ciência clássica.

As tradicionais divisões de disciplinas retardaram as abordagens multidisciplinares. O caráter multidimensional e os importantes efeitos indiretos envolvidos na inter-relação entre turismo e meio ambiente apenas podem ser entendidos, explicados e operacionalizados por meio de uma perspectiva sistêmica e holística. (BENI, 2000, p. 167)

A própria idéia de turismo é algo que parece não querer se deixar empacotar por uma definição. Embora a idéia do que seja turismo esteja presente de maneira clara no senso comum das pessoas, o mesmo não acontece no universo do especialista que, movido pelo desejo de sistematização e ordenação, necessita de uma delimitação precisa. O resultado disso é que há inúmeras definições para turismo. Talvez esse fato, definido pela propriedade do turismo oferecer leituras e abordagens diferentes quando analisado por diferentes sujeitos, seja um primeiro sintoma que evidencia a sua natureza complexa e corrobora aquilo que Mário Beni, no parágrafo acima citado, deixa-nos entrever quando tateia pelo pensamento holístico e sistêmico em busca de uma abordagem complementar que revele os vetores de interação entre turismo e ambiente.

AS TRILHAS HISTÓRICAS DO TURISMO

Como ponto de partida para a análise do processo histórico em torno do turismo, entendido a partir de uma concepção moderna dessa atividade, entendemos ser a Revolução Industrial deflagrada inicialmente na Inglaterra do século XVIII o marco mais importante para o desenvolvimento do turismo tal como o conhecemos atualmente (AVIGHI, 2000).

A rápida evolução dos meios de transporte ocorrida naquela época, notadamente a ferrovia, bem como a dos meios de comunicação, estabeleceram as bases para se instalar um sistema cada vez mais dinâmico voltado para o transporte de mercadorias e deslocamento de pessoas (ASHTON, 1990). Outro fator importante nesse cenário que estamos procurando recriar foi a invenção da fotografia que, por volta de 1850, tinha o seu uso bastante popularizado. A fotografia, cada vez mais aprimorada, associada aos meios de comunicação disponíveis, davam o suporte necessário para a emergência do marketing turístico, instilando nas pessoas da época a curiosidade e o desejo pelo conhecimento de lugares novos e distantes (AVIGHI, 2000).

A esse cenário somavam-se a melhoria nas condições de vida e poder aquisitivo da população como efeito do crescimento econômico promovido pela Revolução Industrial na Inglaterra, bem como o surgimento de uma ideologia alicerçada no modo de produção capitalista e nas relações do trabalho assalariado que encerrava em si a dualidade “trabalho” *versus* “tempo livre” (BARBOSA, 2002). Esses foram, certamente, os ingredientes fundamentais para o desenvolvimento do turismo enquanto produto mercadológico massificado.

Em meados do século XIX, Thomas Cook reuniu todos esses ingredientes e inaugurou a primeira empresa de agenciamento de viagens turísticas. De acordo com Barbosa (2002), a empresa de Cook alcançou um grande sucesso chegando a atingir a marca de 6 milhões de produtos vendidos até 1890, sendo que boa parte destes produtos foram destinados especialmente à classe trabalhadora e à classe média da época, seu principal público alvo. Thomas Cook firmou as bases do turismo moderno por meio da padronização da viagem de lazer, criando os “pacotes de viagem” que incluíam acomodações em hotéis e reservas em restaurantes. Com essa estratégia, Cook antecipou a idéia da *esteira* na produção industrial em massa, de modo semelhante à produção *fordista*, resultando num comportamento padronizado para seu público consumidor que, em grandes grupos, visitavam os mesmos lugares e consumiam as mesmas coisas.

Por outro lado, um efeito colateral indesejado começou a se manifestar desde os primórdios do turismo massificado. A ideologia que permeia o modo de produção capitalista, produtora do indivíduo alienado em relação ao produto de seu próprio trabalho que não seja a quantidade, serviu de estrutura para o desenvolvimento do turismo, garantindo o seu sucesso econômico. A seqüela mais nefasta da padronização do produto turístico é aquilo que se define na organização do tempo livre como um prolongamento do trabalho alienado (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), provocando o distanciamento do sujeito em relação ao lugar turístico. O produto turístico massificado, sempre muito previsível, prescinde do risco e da aventura, ao passo que impede o turista de interagir e se integrar ao lugar visitado, pois tudo já se encontra programado.

As conseqüências imediatas da alienação do turista em relação ao lugar turístico se materializam pela via dos efeitos nocivos que o *turismo de massa* tem provocado sobre os aspectos social e ambiental. Esses efeitos nocivos, amplamente apontados e discutidos por muitos autores (e.g. TRIGO, 2004; RUSCHMANN, 2000; LUCHIARI, 1999; PIRES, 1998, entre outros), acompanham o turismo de massa desde o seu surgimento e se estendem, com gravidade crescente, até os dias atuais. Dentre os inúmeros efeitos nocivos do turismo sobre o lugar turístico, um dos mais insensatos talvez seja a destruição do próprio patrimônio turístico, e um dos mais cruéis é, certamente, a prostituição infanto-juvenil. Entre um e outro, há uma gama variada de outros efeitos que se estendem pela deterioração do ambiente natural, perda de valores culturais, incentivo ao aumento de consumo.

O IMPACTO TURÍSTICO

A evolução das discussões sobre os impactos do turismo tem acompanhado a expansão dessa atividade. De acordo com Ruschmann (2000), o turismo de massa aparece, de modo mais evidente, ao longo dos anos 50 e se acentua por volta dos anos 70 e 80, quando ocorreu um crescimento muito rápido dessa atividade, provocando a saturação de inúmeros destinos turísticos e criando um quadro catastrófico, tal como é relatado pela autora no parágrafo abaixo transcrito.

Preenchem-se os vazios que ainda existem nas zonas litorâneas mais acessíveis, saturando-os. As urbanizações nos vales das

montanhas da Europa se multiplicam para atender à demanda de esportes de inverno. Esse período é o mais devastador e se caracteriza pelo domínio brutal do turismo sobre a natureza e as comunidades receptoras. Trata-se de uma fase de excessos, acentuada pela qualidade medíocre da arquitetura nas localidades turísticas. Predominam o concreto, o crescimento desordenado, a arquitetura urbana, a falta de controle de efluentes e esgotos, a criação de marinas, de portos artificiais e de estações de esportes de inverno, onde várias construções ruíram por falta de estudos geológicos. Em resumo, um período catastrófico para a proteção do meio ambiente. (RUSCHMANN, 2000, p.21)

Em decorrência dos inúmeros problemas ambientais que despontavam no cenário da década de 70, boa parte deles relacionados ao modo de produção e ao pensamento que lhe dava sustentação, surgiram movimentos organizados em torno da temática ambiental que conduziram às primeiras discussões, em nível mundial, sobre os impactos do turismo de massa (VITAE CIVILIS; WWF BRASIL, 2003).

O primeiro evento de grande envergadura que tratou dos efeitos negativos do turismo foi o “Seminário sobre os Impactos Sociais e Culturais do Turismo” realizado em 1976 na cidade de Washington (EUA), promovido pelo Banco Mundial e pela UNESCO (Organização educacional, científica e cultural das Nações Unidas). Os resultados obtidos nesse evento serviram de base para a realização, em 1980, da “Conferência da Organização Mundial de Turismo” em Manila (Filipinas) que, por meio de sua Declaração Final, baseada na cooperação humana, na amizade, na paz e na moral, é considerada um grande marco de referência para a realização de outros eventos semelhantes que sucederam à Conferência de Manila (PIRES, 1998).

Ainda na década de 70, a emergência do *paradigma ambiental*, resultado do desenvolvimento de uma nova consciência acerca dos problemas advindos da política de crescimento econômico, influenciou diferentes segmentos da sociedade e resultou, entre outros fatos, em propostas *alternativas* de turismo como uma negação do turismo massificado dominante. Essas formas alternativas de turismo se pretendiam “brandas” e estavam imbuídas da crença de que provocavam um impacto menor sobre o ambiente e sobre as sociedades envolvidas, tal como nos permite entrever a passagem transcrita a partir de Pires (1998, p. 37).

Para assegurar aos turistas um conhecimento mais realista das condições de vida dos destinos visitados, usava-se canoas como meio de transporte para atingir pequenos povoados inacessíveis por estrada, e os serviços de recepção e acomodação, assim como a alimentação eram inteiramente fornecidos pelos habitantes locais. Os turistas também tomavam parte do dia-a-dia dos anfitriões locais participando das festas e ocupando o seu tempo livre conversando com os habitantes locais.

Contudo, esse tipo de turismo, revelador de novas paisagens e novas experiências, promovia a expansão das fronteiras turísticas para o turismo de massa que não tardava a chegar (WEARING; NEIL, 2001). Este processo, que poderíamos denominar de *sucessão turística*, define-se pela *recolonização* e transformação do lugar turístico pelo turismo de massa, expropriando a população local de seus meios de produção e estimulando a saída dos primeiros “colonizadores”, isto é, aqueles que ali inauguraram o lugar turístico fincando o primeiro guarda-sol na areia inexplorada, sob o qual se besuntaram de repente e filtro solar. Diante do processo de transfiguração do lugar original, esses primeiros “colonizadores” buscam outras estâncias ainda inexploradas, concretizando, ainda que de modo inconsciente, a perpetuação de um círculo de devastação sócio-ambiental. Esse círculo vicioso, que se estende até os dias atuais, é promovido, agora, de modo não somente

intencional, mas a partir de uma abordagem profissional que busca a criação e diversificação de novos lugares turísticos para atender a demanda crescente do turismo mundial (veja, por exemplo, VITAE CIVILIS; WWF-BRASIL, 2003; AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA, 2005).

Ao longo do processo que denominamos *sucessão turística*, os elementos que constituíam o atrativo turístico num primeiro momento perdem a sua importância e significado para o turista "pioneiro" em função da transformação, consumo e deterioração a que são submetidos. Embora esse processo produza a exclusão do turista que valoriza as condições naturais do lugar, por outro lado, essas mesmas transformações são valorizadas pelo turismo de massa que procura reproduzir as mesmas condições do seu local de origem, quase sempre definido pelo mundo urbano, sobre o lugar turístico. A princípio parece uma grande incoerência o fato do turista que "foge" dos grandes centros em busca de *um outro lugar*, reproduzir ali o seu próprio universo urbano. Contudo, o fato do turismo continuar ocorrendo e crescendo nesses lugares, onde o turismo de "praia e sol" é um exemplo clássico, e apesar da intensa transformação da paisagem, indica que esta questão deve ser abordada a partir de um outro ponto de vista.

TRANSFORMAÇÕES E MASSIFICAÇÃO NO LOCAL TURÍSTICO

O fato de o turismo continuar existindo e se desenvolvendo nesses lugares profundamente transformados é um indicativo de que houve uma re-alocação do atrativo turístico, o qual passa a comportar outros elementos que dele não faziam parte. O atrativo turístico não é mais, unicamente, o ambiente natural e as culturas que integravam o *lugar* num momento pretérito. O espetáculo passa a ser o *novo lugar* que inclui, além do que restou da paisagem, o próprio turista, as multidões que se aglomeram e disputam um lugar à sombra. O lugar físico passa a ter a função de servir como referência ao encontro dessas multidões cultoras da beleza física, as quais realizam o objetivo turístico de sua viagem nos seus reencontros periódicos.

Poderíamos resumir a idéia exposta acima dizendo que esse *novo lugar* é definido pela consolidação do *não-lugar* em substituição ao *lugar original*, o que ocorre por meio de um processo de *desterritorialização* ao qual sucede um processo de *reterritorialização*. Curiosamente, ao longo desses processos, o produto turístico massificado passa a incorporar a própria massa que é "embalada" e vendida a si própria.

Naturalmente que o comportamento gregário de algumas formas de turismo não é suficiente para delimitar uma definição para o *turismo de massa*. Embora haja algumas aproximações que caracterizam *en passant* o turismo de massa, continua sendo muito arriscado tentar reduzir toda a diversidade constituinte desse tipo de turismo sob o mesmo denominador. Molina (2004) evita o termo *turismo de massa* e fala de *turista médio*, *manada cega* e *hordas douradas*, mas deixa pairar a suspeita que haja alguma aproximação entre esses termos quando faz a conceituação abaixo transcrita.

São as multidões sem voz própria, de gostos padronizados, de interesses manipuláveis, que não têm definido com clareza o que buscam, embora sabendo que desejam escapar da rotina e dos problemas urbanos, do *estresse* e dos problemas pessoais. Para elas, o tempo livre e o turismo desempenham uma função compensadora aos dissabores do tempo de trabalho. (MOLINA, 2004, p. 26)

Turismo de massa é um termo que não se limita ao turismo praticado por meio da compra ou consumo de produtos turísticos padronizados, produzidos a partir de uma concepção *fordista* de linha de produção serial, mas tem incorporado o turismo praticado

por grandes concentrações de pessoas, notadamente o turismo de “praia e sol”. Essas *multidões turísticas* apresentam grande diversidade na sua constituição. Não se trata de um corpo homogêneo, mas é composto por indivíduos e grupos de diferentes classes sociais com interesses e atitudes diversificados em relação ao lugar turístico, dificultando ou mesmo inviabilizando uma definição capaz de encerrar em si toda a diversidade dessas composições turísticas. O turismo de massa não é um tipo único de turismo, mas um arranjo de diferentes segmentos do turismo que partilham um mesmo *espaço*, um mesmo *tempo*, mas não necessariamente o mesmo *lugar*. Dentre as diferentes formas de manifestação turística, o turismo de massa é, certamente, a mais complexa.

Entre os possíveis fatores que induzem o deslocamento em massa de pessoas que deixam os grandes centros rumo a um destino turístico, o comportamento de “fuga” é aquele que merece atenção especial, uma vez que é revelador da relação negativa que se estabelece entre o turista e seu lugar de origem. Para Luchiari (1999) essa “fuga” é resultado da insatisfação do sujeito com sua vida cotidiana, a qual ele nega quando se realiza no seu contrário – o anticitidiano definido pela atividade turística. A relação negativa que o sujeito estabelece com o seu próprio lugar, especialmente no caso dos grandes centros urbanos, deve-se ao estado atual das coisas definido pelo tumulto dos grandes centros, a poluição nas suas diferentes manifestações, o estresse provocado pelo medo e pela pressa, a rotina do trabalho alienado (RUSCHMANN, 2000), enfim, a desumanização a que tem se submetido os núcleos urbanos como consequência da busca por eficiência na produtividade, prerrogativa para o crescimento econômico e resultado de uma abordagem puramente administrativa no processo de desenvolvimento.

Se, por um lado, o comportamento de “fuga” do sujeito é a negação do *estado das coisas* no seu lugar de origem, esse mesmo comportamento é também “busca” enquanto afirmação de *um outro estado das coisas* no lugar turístico, ao qual se atribui a propriedade de nos devolver, ou desenvolver em nós, um outro estado de espírito capaz de recuperar o equilíbrio psicofísico e nos reabilitar para o retorno ao trabalho.

De acordo com Luchiari (1999, p. 122), praticar o turismo “abrandando o contínuo processo de desumanização da vida cotidiana”. Em acordo com essa assertiva, remediar o problema passou a ser uma fórmula adotada com frequência cada vez maior pelo público turístico, resultado provável de uma necessidade psicofísica crescente em face do aumento das pressões provenientes do modo de produção nos centros urbanos. A melhoria das condições econômicas em países emergentes, como é o caso do Brasil, condição *sine qua non* para a prática turística, associada à busca por *um outro estado das coisas* no lugar turístico têm produzido uma forte pressão sobre o ambiente e sobre as populações dos destinos receptores. Portanto, o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico produz condições financeiras que permitem ao sujeito remediar, para si, os problemas causados pelo próprio sistema de produção. Ao mesmo tempo, esse mesmo sistema é também o produtor do sujeito em busca de um outro estado das coisas, onde ele acredita ser possível a recuperação do equilíbrio psicofísico para o retorno à rotina.

Como já apontamos anteriormente, a alienação que envolve o sujeito submetido ao modo de produção capitalista se estende para além do ambiente de trabalho e transforma o tempo de lazer num prolongamento do trabalho alienado (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). O lazer alienado, nesse caso, definido na prática do turismo massificado, exime o sujeito de sua responsabilidade, uma vez que ele não percebe sua ação como agente de deterioração dos componentes social e ambiental do lugar turístico.

A soma de todos esses fatores, que se interagem num círculo eficiente de auto-reprodução, tem provocado impactos negativos sobre as diferentes dimensões que integram o lugar turístico, desde a economia local, a cultura, a ética e o ambiente natural. A presença constante desses impactos nos empreendimentos turísticos invalida a suposição de que uma “indústria sem chaminés”, alcunha que se tem atribuído ao turismo, não promova a degradação ambiental e social.

A partir dessa abordagem, podemos entender que, na indústria turística, mercado e turistas são elementos indissociáveis de um sistema que tem privilegiado a realização do lazer do indivíduo sem atentar aos efeitos negativos sobre o meio social e ambiental. Nesse sistema, mercado e turistas se complementam na satisfação de suas necessidades imediatas por meio de ações de curto prazo motivadas pela eficiência administrativa do capital financeiro e do tempo livre. Dessa forma, a visão de um e de outro, mercado e turistas, são estímulos e respostas aos anseios de um sistema que se realiza somente na reprodução do capital. Uma situação exemplar que ilustra um pouco a idéia que procuramos desenvolver é o processo que Molina (2004, p. 24) denomina de "turistificação", em que se verifica a satisfação da demanda turística por meio de seu aspecto complementar, isto é, o mercado.

[...] empresários buscam ver cumprida a expectativa de entrar no mercado, de expandir fronteiras, de colonizar novos espaços que agreguem valor à oferta, diversificando-a e colocando um selo de autenticidade do recém-incorporado à oferta turística. Do lado do turista, trata-se de descobrir novos espaços e experiências, de encontrar os "paraísos perdidos" que, se supõem, estejam em algum lugar remoto ou ignorado do planeta.

Por outro lado, o turismo é muito convincente quando tratado sob um ponto de vista estritamente econômico, razão primordial que o torna centro das atenções de empresas e segmentos governamentais que, interessados na lucratividade deste tipo de empreendimento, revestem o turismo com argumentos assentados no desenvolvimento regional.

O turismo, mesmo a despeito das condições em que é praticado, ou talvez, justamente por essa característica, é uma das atividades econômicas mais expressivas na economia mundial atual. Sua importância econômica é notória e se constitui numa das maiores indústrias do planeta, onde as receitas superam a indústria do automóvel, do aço, da eletrônica e da agricultura (KRIPPENDORF, 2004; LAGE; MILONE, 2000; CEBALLOS-LASCURÁIN, 1995). A receita bruta do turismo tem participado com algo em torno de 11% do PIB mundial (DONAIRE, 2000; BARROS, 2000). Mesmo assim, trata-se de uma atividade em franca expansão, havendo projeções de crescimento da ordem de 5 a 10 vezes para as próximas décadas, o que deverá exigir a abertura de novas fronteiras com possível avanço sobre os diferentes ecossistemas da biosfera em busca de recursos para o seu crescimento (WEARING; NEIL, 2001; LAGE; MILONE, 2000). Trata-se também da indústria que mais produz empregos no mundo, reunindo para si nada menos que a cifra de 10% da força de trabalho mundial, ou seja, um a cada 10 trabalhadores está vinculado, diretamente ou indiretamente, à indústria do turismo (LAGE; MILONE, 2000; KRIPPENDORF, 2004). Apesar do aspecto quantitativo dos empregos gerados pelo turismo, que é bastante expressivo, devemos considerar também o seu aspecto qualitativo. Segundo Gallero (2004), boa parte desses empregos são um paliativo ao desemprego, ocorrendo de maneira sazonal e sem uma organização trabalhista. Lage e Milone (2000, p. 122) corroboram a assertiva de Gallero e complementam afirmando que se tratam de empregos "de pouca qualificação, baixa remuneração e pouca perspectiva de progresso profissional".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com vários autores (e.g. RUSCHMANN, 2000; VITAE CIVILIS; WWF BRASIL, 2003; TOLEDO, POLLERO; VALDÉS, 2004, entre outros) o turismo é uma atividade que sendo bem planejada, pode oferecer muitos benefícios. Contudo, o maior desa-

fio parece se configurar na implementação dos *planejamentos estratégicos* que povoam boa parte da literatura especializada em turismo, principalmente aquelas que oferecem uma abordagem administrativa ao tratamento desse tema.

Entretanto, até o momento, se colocados na balança os efeitos do turismo, a porção representada pelo aspecto negativo pesa demasiadamente.

Para uma elite turística ainda bastante seleta, o turismo em suas condições atuais é insatisfatório, pois ele não pode realizar um dos objetivos centrais da busca por um outro estado das coisas. Para essa elite, o restabelecimento do equilíbrio psicofísico não pode ocorrer mediante os inúmeros impactos negativos da prática turística. Essa percepção, resultado de uma consciência social e ambiental que tem se ampliado, principalmente, a partir dos anos 60, revela o sujeito como agente de transformação do ambiente, integrando-o ao seu meio, outorgando-lhe responsabilidade e dirigindo sua ação a partir de uma plataforma sustentada no compromisso social e ambiental. Como resultado do desenvolvimento de uma consciência que integra o sujeito ao seu meio, pelo qual ele passa a ser responsável, surgiram movimentos e tendências que apontam para a necessidade de definir outras formas de turismo de baixo impacto social e ambiental em novas localidades com potencial de produção turística, fechando, assim, um círculo na cadeia industrial do turismo que se estende do pioneirismo, o qual busca pelos “paraísos perdidos”, até o produto turístico massificado.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. 254 p.

AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA. **Desenvolvimento sustentável na bacia do Ribeira de Iguape**: uma análise das condições e limitações sócio-econômicas ao ecoturismo. São Paulo, SP, [2005]. 1 CD-ROM. Windows. Relatório final.

ASHTON, T. S. **A Revolução Industrial**. Lisboa, Portugal: Publicações Europa América, 1990. 211p.

AVIGHI, C. M. Turismo, globalização e cultura. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. 102-106p.

BARBOSA, Y. M. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002. 99p.

BARROS, S. M. Turismo, sociedade, meio ambiente e ecoturismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. 85-93p.

BENI, M. C. Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. 165-171p.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1995. 23-29p.

DONAIRE, D. Considerações sobre a variável ecológica, as organizações e o turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. 80-84p.

GALLERO, A. L. O lugar e o não-lugar no turismo. In: MOESCH, M. M. **Um outro turismo é possível**. Porto Alegre: Contexto, 2004. 36-42p.

- GOMES, L. A. (eco) lógica da gestão do território e do turismo na praia Do Forte – Bahia. In: VASCONCELOS, F. P. **Turismo e meio ambiente**. Fortaleza: FUNECE, 1998. 48-59p.
- KRIPPENDORF, J. Rio: 10 anos depois: Cartão vermelho para o turismo? In: MOESCH, M. M. **Um outro turismo é possível**. Porto Alegre: Contexto, 2004. 43-48p.
- LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. Impactos socioeconômicos globais do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. 117-131p.
- LUCHIARI, M. T. D. P. **O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba – SP**. 1999. 218 f. Tese (doutorado). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP.
- MENDES JR., J. N. **Ecoturismo e desenvolvimento no Vale do Ribeira: análise compreensiva de um problema potencial**. 2007. 278f. Tese (Doutorado). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP.
- MOESCH, M. M. Introdução. In: MOESCH, M. M. **Um outro turismo é possível**. Porto Alegre: Contexto, 2004. 9-10p.
- MOLINA, S. Pós-turismo: novas tecnologias e novos comportamentos sociais. In: MOESCH, M. M. **Um outro turismo é possível**. Porto Alegre: Contexto, 2004. 25-31p.
- PIRES, P. S. **Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista**. 1998. 218 f. Dissertação (mestrado). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP.
- PREFEITO de Búzios quer organizar entrada de turistas. **A Tribuna**, Rio de Janeiro, 22 fev. 2007. Disponível em <<http://www.tribuna.inf.br/noticia.asp?noticia=pais05>>. Acesso em: 10 mar. 2007.
- RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 2000. 199p.
- TOLEDO, G. L.; POLLERO, A. C.; VALDÉS, J. A. Gestão pública no contexto do planejamento estratégico do turismo regional: estudo de casos latino-americanos. In: MOESCH, M. M. **Um outro turismo é possível**. Porto Alegre: Contexto, 2004. 117-130p.
- TRIGO, L. G. G. Problemas e possibilidades do turismo brasileiro. In: MOESCH, M. M. **Um outro turismo é possível**. Porto Alegre: Contexto, 2004. 94-105p.
- VITAE CIVILIS, WWF-BRASIL. **Sociedade e ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável: como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo no Vale do Ribeira na Mata Atlântica**. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, SP, 2003. 144p.
- WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri: Editora Manole Ltda, 2001. 256p.

Recebido em dezembro de 2008

Aceito em março de 2009